

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLÁUDIA MARIA ANDRADE SKRZYPIETZ CASTRO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS**

CURITIBA

2015

CLÁUDIA MARIA ANDRADE SKRZYPIETZ CASTRO

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a conclusão do Curso de Especialização a Distância em Educação das Relações Etnico-Raciais da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ms. Judit Gomes da Silva

Curitiba
2015

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a definição de Comunidade Quilombola com um destaque maior a Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos. Este trabalho procura retratar a importância de que os alunos quilombolas frequentem escolas próprias no quilombo com matriz curricular desenvolvida para eles, assim cumprindo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no seu artigo 215 onde fala que é dever do Estado proteger as manifestações culturais afro-brasileira. Este é dividido em 5 capítulos onde procurará relatar as Comunidades Quilombolas, a Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos, o papel da escola dentro destas comunidades. E também registros da pesquisa realizada com 9 alunos dos Anos Iniciais quilombolas que frequentam a Escola Municipal do Campo São Pedro – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Palavras chave: educação quilombola, identidade, quilombo

ABSTRACT

This work aims to present the definition of Quilombola Community with a greater emphasis on the Quilombola Community Palmital dos Pretos. This paper seeks to portray the importance of quilombola students attending their own schools in the quilombo with a curricular matrix developed for them, thus complying with the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 in its article 215 where it says that it is the duty of the State to protect Afro cultural manifestations -Brazilian. They are divided into 5 chapters where they will seek to report the Quilombola Communities, the Quilombola Community Palmital dos Pretos, the role of the school within these communities. And also records of the research carried out with 9 students from the Initial Years quilombolas who attend the Municipal School of Campo São Pedro - Early Childhood Education and Elementary School.

Keywords: quilombola education, identity, quilombo.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

(Nelson Mandela)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	08
2.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS.....	10
2.1.1 A ESCOLA.....	13
2.1.2 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE ESCOLAR MARIA JOANA.....	14
2.1.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO.....	15
2.1.4 COMUNIDADE ESCOLAR.....	15
2.1.5 OBJETIVOS QUE DIRECIONAM O TRABALHO DESENVOLVIDO.....	16
3. COMUNIDADE ESCOLAR AUGUSTO PIRES DE PAULA.....	17
3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	18
3.2 REGIME DE FUNCIONAMENTO.....	19
3.3 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS.....	22
3.4 REUNIÕES DE PAIS.....	23
3.5 RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO E ALUNO/PROFESSOR.....	24
3.6 RELAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	26
3.7 ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	26
3.8 RECURSOS MATERIAIS.....	27
3.9 HISTÓRICO FAMILIAR DOS ALUNOS.....	27
4.0 TRABALHO REALIZADO COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I PERTENCENTES A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO AUGUSTO PIRES DE PAULA.....	31
5.CONCLUSÃO.....	39
6.REFERÊNCIAS.....	40

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho foi realizado com a reflexão de vários artigos selecionados no Google Acadêmico e com pesquisas realizadas na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paulo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizado na Zona Rural do Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo. Foram entrevista com alguns alunos da escola citada acima que são da Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos. A leitura e reflexão do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira – Ensino Fundamental e Médio da Cidade – do município de Palmas – Paraná. Conversas informais com a Pedagoga do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira – Professora Maria Isabel (Bel).

Pretende-se fazer neste trabalho uma reflexão na qual a educação é uma das principais ferramentas para a transformação de um povo; e para que ela realmente aconteça de uma maneira democrática deve ser preocupada com a promoção do ser humano na sua forma integral. Ao articular valores, hábitos e comportamentos onde se respeita as diferenças e as características próprias de cada grupo, pois compreende-se,

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como por imigrantes de diferentes países. Além disso, as migrações colocam em contato grupos diferentes. Sabe-se que as regiões brasileiras têm características culturais bastantes diversas e a convivência entre grupos diferenciados nos planos social e cultural muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação. O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (BRASIL, 1997c, p. 32)

2.COMUNIDADE QUILOMBOLA

Mesmo havendo uma preocupação com o Ensino Fundamental no Brasil, antes mesmo da Constituição de 1988, e que se intensificou após este período, a escola ainda é desigual. Há desigualdades na entrada de diferentes níveis de ensino nos dias de hoje, mesmo que sejam mais sutis que no passado. E estas desigualdades acontecem no campo socioeconômico, racial, de localização (urbana, ou do campo). Cria-se um formato de ensino que generaliza os distintos espaços e mantém às desigualdades entre os estratos sociais.

Com a Constituição de 1988, no Artigo 68 as Comunidades Quilombolas foram reconhecidas pelo Estado brasileiro, obtendo formalmente a garantia da posse de terras. Com o reconhecimento formal, possibilitou-se problematizar questões socioeconômicas, espaciais, jurídicas e culturais desses grupos.

Segundo Nascimento (2005) quilombo vem da palavra Kilombo que é originária da língua umbundo local da atual Republica Democrática do Congo (Zaire) e Angola. No Brasil, os quilombos começam a aparecer no final do século XVI, no período da escravidão institucionalizada, nas regiões do litoral, e do Norte ao Sul do país. Os quilombos também eram chamados de macambos. O quilombo mais conhecido foi o de Palmares, que durou aproximadamente 70 anos e se localizava em partes das províncias de Alagoas e Pernambuco. Palmares teve alguns personagens históricos como: Aquilino, Acotirene, Ganga Zumba e o mais conhecido Zumbi, que foi o último líder dos Palmares e foi assassinado um ano depois da destruição do quilombo.

As formações dos quilombos no Brasil tiveram início com as fugas de escravos, que sofriam nas fazendas dos engenhos. Estes povos eram arrancados de suas terras natais e eram tratados como “animais” pelos colonizadores. Eram transportados em porões de navios sem direito a alimentação, alojamento, ventilação e iluminação adequada. Estas viagens duravam até três meses e, chegando nos portos brasileiros, eram vendidos como mercadorias.

Para falarmos de quilombo se faz necessário lembrarmos da história do escravismo no Brasil. Conforme CELINSKI (2010) a escravidão está ligada diretamente com a maneira como se deu o processo de colonização no Brasil e que os africanos e afrodescendentes foram de suma importância para a formação econômica, social e cultural de todas as regiões brasileiras. Os negros foram

explorados por mais de 300 anos. Durante esse processo, criaram movimentos de resistência contra seus senhores, e a maior delas foi com a formação de quilombos.

Mesmo com a abolição, os negros não conquistaram a situação plena de cidadão brasileiro. Das muitas situações que levam a isto podemos citar a Lei das Terras de 1850, onde se exigia a venda das terras devolutas e não a doação, a terra foi apreendida como mercadoria. Esta lei fomentou a exploração da mão de obra dos ex-escravizados que haviam conquistados sua “liberdade”. A população negra foi deixada à sua própria sorte, sem nenhuma política pública, como as políticas direcionadas aos imigrantes.

Durante o século XIX, emergiram teorias raciais fundamentadas no evolucionismo, a partir de pressupostos de pseudo-cientistas, políticos e escritores que estavam refletindo sobre a identidade cultural brasileira. Conforme Ventura (2000) mesmo buscando a construção desta unidade cultural se adota uma política para explicar a inferioridade das etnias não brancas.

Segundo Schwarcz (1988) houve um período em nosso país no final do século XIX, onde preocupava-se em mostrar que alguns problemas brasileiros estavam relacionados com a etnia negra. Esse discurso teve como protagonistas pensadores como: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Carl Von Martius, entre outros que mostravam de forma negativa a existência do negro e do índio. Neste período, acreditava-se que a solução para o problema do Brasil era o branqueamento da população.

Segundo Fernandes (1965), o negro é mantido fora do processo de integração social, com uma relação histórica de silenciamento de sua voz em nossa sociedade. Sem valorizar sua história e cultura para a formação do Brasil. A partir de 1930, o discurso oficial aponta o mestiço como símbolo da identidade nacional, enquanto elementos da cultura negra são “branqueados”, tendo a mestiçagem como uma das vias. E foi a partir das obras de Gilberto Freire que o mestiço torna-se um “ícone nacional”. (Arruti, 1997).

O Movimento Paranista, no estado do Paraná aponta que nos anos de 1920 e 1930, a população paranaense era formada por imigrantes europeus. Essa política de negação da cultura negra tornou invisibilizada a contribuição dessa população no processo de construção do Estado paranaense. Como exemplo, podemos citar a Família Rebouças que por muito tempo não foi reconhecida pela herança cultural deixada aos paranaenses.

Somente de 2005, no Paraná, foi criado o Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM) que em conjunto com outras secretarias realizou pesquisas e levantamentos sobre a população negra e quilombola. Segundo Celinski (2010) este grupo (GTCM) confirmou através de seus estudos uma quebra da teoria que o Paraná é um estado formado apenas por descendentes europeus. Relata ainda que GTCM identificou mais de 130 comunidades negras no estado, passíveis de receber a certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo, Comunidade Negra Rural ou Comunidade Negra Tradicional. Esta identificação demorou mais para ser realizada em nosso Estado do que no restante do País. Entretanto, contribuiu na construção da história e da cultura afrobrasileira. Contudo, ainda hoje os negros e os quilombolas estão estereotipados no pensamento social brasileiro.

Mesmo negando a existência de escravizados e da escravidão no Paraná, sua mão-de-obra foi utilizada desde o Período Colonial, por fazendeiros para criação de gado e erverios, mais tarde estendendo-se para as atividades de mineração, pecuária, afazeres domésticos, carpinteiros, marceneiros, tropeiros, entre outros.

Segundo a GTCM há mais de 86 comunidades negras descendentes de escravizados no Paraná. Destas, 36 comunidades são auto-reconhecidas e certificadas como Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ) pela Fundação Cultural Palmares; oito são reconhecidas como Comunidades Negras Tradicionais (CNT), nas quais três estão em processo de avaliação; e 28 estão em processo de reconhecimento.

Essas comunidades relatam suas demandas territoriais e em relação à falta de infraestrutura como: falta de energia elétrica, de água tratada e de saneamento básico. A dificuldade de acesso à escola é outro fator que impossibilita o acesso a qualificado à escola; estando associado à distância e a precariedade das estradas entre a comunidade e a escola.

2.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS

Através do trabalho de pesquisa vamos aqui contextualizar alguns aspectos da Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos.

O Quilombo Palmital dos Pretos localizado na Zona Rural do Distrito de Três Córregos, Município de Campo Largo, com acesso pela histórica Estrada do Cerne - estrada de chão. E o nome tem referência com a grande quantidade de palmito da região. Sua certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo ocorreu no

ano de 2006, pela fundação Cultural de Palmares (FCP). A Sr^a. Elenita Aparecida Machado, é a representante de Palmital dos Pretos.

Conforme Buiar (2003) esta comunidade começou a se formar antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Com a fuga dos escravos das fazendas dos imigrantes europeus de 1850 a 1950 que se localizavam na estrada do Cerne e região de Palmeiras. Os escravos procuravam um local seguro para se instalar e acabaram encontrando esta região a aproximadamente 83 quilômetros da sede do Município de Campo Largo.

Uma questão política importante para este grupo e toda a região, é a possibilidade da realização da regularização oficial do território, conforme estabelece o Decreto nº. 4.887. A Comunidade aguarda a ação do instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA), conforme o artigo 7 da Instrução Normativa de nº. 16, será reconhecida a propriedade da terra. Este processo regularizará as terras quilombolas. E por consequência haverá a desapropriação de outros grupos que por diferentes mecanismos se instalaram nessas terras. Atualmente, existe nas áreas delimitadas como quilombos, empresas que exercem as atividades de plantio de pinus, eucalipto e a criação de gado.

Os trabalhadores do palmital dos Pretos muitas vezes trabalham para estas empresas. Geralmente, eles ficam durante a semana em alojamentos oferecidos por estas empresas e voltam para casa nos finais de semana. Outros trabalham como diaristas no campo, o que não gera grande retorno financeiro, em média ganham um salário mínimo. As mulheres mais novas muitas vezes trabalham em casas de família próximas de Três Córregos, para onde geralmente se mudam, por conta da dificuldade de acesso. Alguns trabalhadores também vão para a zona urbana diariamente para trabalhar em indústrias de louça e comércio. Para tanto, estes pegam o ônibus “do Trabalhador” às 4:30 da manhã e retornam após as 20 h.

No quadro da saúde encontramos muitos hipertensos, diabéticos e doentes mentais. A Unidade de Saúde fica a aproximadamente 10 km da comunidade e o hospital a 83 km da comunidade.

São muitas as festividades culturais do palmital dos Pretos. Entre elas, o Terra da Cidadania (2008) aponta os cultos ao São Sebastião e santo Antonio, as danças com os passos da rancheira, da valsa e do “dois em um”. Na região

predomina a religião católica, mas também encontramos a religião Evangélica das igrejas da Congregação Cristã e Assembléia de Deus.

No mapa 1 abaixo, encontramos a localização da Comunidade de Remanescente Quilombola Palmital dos Pretos no Estado do Paraná. O mapa 2 mostra a localização da Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos no município de Campo Largo. A comunidade fica a aproximadamente 83 quilômetros da sede do município, na fronteira deste como município de Ponta Grossa e aproximadamente 25 quilômetros de distância da Escola Municipal Augusto Pires de Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências

2.1.1 A Escola

Segundo o Terra e Cidadania (2008), a Comunidade Remanescente Quilombola Palmital dos Pretos é formada por 88 pessoas, sendo 24 famílias. E as crianças e adolescentes precisam se deslocar 25 Km até as escolas mais próximas, sendo a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental para que oferece a Educação Infantil (Pré I e II) e Anos Iniciais e o Colégio Estadual do Campo São Francisco de Assis – Ensino Fundamental e Ensino Médio para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio utilizando o Transporte Escolar do Município de Campo Largo. Estes alunos utilizam dois transportes para chegarem até a escola, utilizam o carro leve que faz o percurso da comunidade e o ônibus escolar que passa na entrada da comunidade levando os para a escola. Este os leva até a escola. Alguns destes alunos estuda em período integral e alguns apenas meio período, pois menos de 50 % destes alunos estudam em período integral.

Dentro do território do quilombo acontecem as aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os jovens e adultos, a professora da EJA faz um percurso de aproximadamente 60 km de ida e volta diariamente para que as aulas possam acontecer no Barracão Comunitário da Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos.

Todas as linhas do transporte escolar dos alunos e da professora da EJA é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Largo juntamente com os governos estadual e federal.

Ainda que haja o transporte público para a escola, há um índice alto de evasão dos alunos, principalmente dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Pois na sua maioria, os jovens deixam de estudar para poderem trabalhar. E como a região não oferece condições de trabalhos, muitas vezes estes jovens vão para a cidade e acabam não retornando mais.

Conforme diretriz nacional,

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios que orientam a Educação Básica Brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Brasil, 2012, p. 1)

Até o início dos anos 80 havia na Comunidade Quilombola a Escola Isolada, esta escola seguia a matriz curricular municipal como hoje a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula. Ainda hoje não há escola quilombola para estes alunos. Eles freqüentam a escola da região, que mesmo sendo no campo segue a matriz curricular do município, única para as escolas urbanas e rurais.

2.1.2 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE ESCOLAR MARIA JOANA

No início da realização desta pesquisa pretendia fazer um estudo sobre a Escola Municipal de Três Córregos que os alunos da Comunidade Remanescente Quilombola Palmital dos Pretos frequentam com uma Escola Quilombola, realizando a pesquisa encontrei duas escolas quilombolas no Estado do Paraná, envie email para estas escolas tentando um primeiro contato, mas sabendo da dificuldade ser ter um retorno, já que não conhecia pessoalmente ninguém destas escolas. Como estava em período de greve as Escolas Estaduais demorou um pouco, mas tive uma agradável surpresa quando a Pedagoga do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira – Ensino Fundamental e Médio me respondeu e foi possível realizar o estudo do Projeto Político do Colégio.

Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental acontecem no período matutino e vespertino, no período noturno acontecem as aulas do Ensino Médio, no Ensino Extracurricular e Plurilinguista de Língua Estrangeira Moderna – Língua Espanhola acontece em forma de jornada ampliada, assim como também em jornada ampliada acontecem atividades complementares, Programa Mais Educação, Sala de Recursos e Salas de Apoio à Aprendizagem.

No Ensino Médio é ofertado os três anos em de forma regular no período noturno das 19h às 23h atendendo a demanda das Comunidades Quilombolas e dos bairros do entorno onde se encontra localizado o colégio e a Comunidade Escolar esta realizando estudos para a implantação futuramente de cursos profissionalizantes voltados para a realidade da comunidade Quilombola.

2.1.3 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

A Comunidade local é composta em sua maioria por famílias quilombolas de classe econômica baixa, com origem de famílias subempregadas temporariamente e desempregadas, sem condições de qualidade de vida, pois a maioria não dispõe de recursos para as necessidades básicas. Há também filhos de operários, trabalhadores domésticos, funcionários públicos e carrinheiros. A faixa etária dos alunos é de 10 a 45 anos.

Antes de se acelerar o processo de urbanização da região havia apenas uma comunidade quilombola, mas com este processo acabou-se dividindo o Quilombo em três comunidades que tem acesso entre eles pela mata. Os alunos são provenientes das Comunidades Quilombolas Adelaide Maria e Castorina Maria da Conceição (dos bairros São Sebastião do Rocio, Fortunato e Aeroporto). A grande maioria é egressa das Escolas Municipais Tia Dalva e São Sebastião, localizadas na Comunidade Quilombola. A maioria dos alunos matriculados são cadastrados nas Comunidades Quilombolas; os demais têm etnia diversificada, com predominância afrodescendente. São crianças com desenvolvimento cognitivo saudável e emocionalmente aberto para a aprendizagem, com atitudes e valores bons, porém, alguns apresentam baixa auto-estima, complexo de inferioridade em relação à cor e condição social.

2.1. 4 COMUNIDADE ESCOLAR

O Corpo docente compõe-se de professores graduados no Ensino Superior e Especialistas nas respectivas áreas de conhecimento que compõem a matriz curricular do Colégio, e conta ainda com professores e monitores do Programa Mais Educação. Quanto ao regime de trabalho dividem-se em: Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná e contratos pelo Regime PSS – Processo de Seleção Simplificada com contrato temporário e com Carta de Anuência da Comunidade.

O Corpo Técnico Administrativo é formado por: secretária, técnico administrativo, técnico operacional e auxiliar de serviços gerais. A Equipe de Gestão é composta pela Direção, Vice-Direção, Pedagogas e Especialistas em Educação.

2.1.5 OBJETIVOS QUE DIRECIONAM O TRABALHO DESENVOLVIDO

Através da leitura, reflexão do Projeto Político Pedagógico da Escola e de conversas com a Pedagoga foi possível identificar que a Educação Escolar Quilombola desta Comunidade Escolar tem como objetivo geral desenvolver uma abordagem crítica positiva, da identidade negra, refletindo a sociedade no contexto escolar, e para que este processo possa acontecer se faz necessário que os educadores se aprofundem nas discussões dos processos de invisibilidade das diferenças que é produzido diariamente em nossa sociedade. Sendo assim possível uma educação de qualidade direcionada para a construção do conhecimento e cidadania ajudando assim na formação de cidadãos críticos, participativos, comunicativos e agentes transformadores da sociedade, desenvolvendo assim uma sociedade com princípios de valores morais e éticos.

O Objetivo Especifico da Comunidade Escolar é desconstruir as ideias passadas de geração a geração através de questionamentos e análises, criando assim situações de desconstrução de conceitos, ideias, comportamentos que são confirmados pela ideologia do branqueamento, pelo mito de democracia racial, que tanto fizeram e fazem mal aos negros e brancos. Ajudando assim na construção de uma sociedade mais humana e justa.

3. COMUNIDADE ESCOLAR AUGUSTO PIRES DE PAULA

No período de junho e julho de 2015 foi realizada a pesquisa sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula. O objetivo era compreender o Projeto Político Pedagógico – Educação Infantil e Ensino Fundamental. Foi possível perceber que o Projeto Político da Escola tem como objetivo propiciar que toda a comunidade escolar possa participar da vida escolar, desenvolvendo na escola uma gestão democrática na qual cada sujeito tem sua autonomia e pode exercer seu papel de cidadão.

Como a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental se localiza no campo se faz necessário a defesa de um ensino de qualidade, ajudando assim a superar a desigualdade, a exclusão e a discriminação. O que propicia uma educação em que o aluno seja participante de uma concepção de homem na sociedade que respeite os valores considerados por uma sociedade como éticos e morais.

Conforme relatos da equipe pedagógica da escola, o Projeto Político Pedagógico da escola foi construído coletivamente. A comunidade escolar constrói seu trabalho educativo diariamente, discutindo seus problemas e possíveis soluções, norteando a ação educativa, explicitando os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização, os modos de aplicação dos conteúdos e avaliação da escola para garantir a qualidade de ensino, respeitando as condições e avaliação da escola para garantir a qualidade de ensino, respeitando as condições individuais de cada um, dando condições para que todos os alunos possam ter direito à educação assegurada seja qual for sua condição social.

Percebe-se o comprometimento de alguns profissionais da educação desta escola com a execução deste projeto, com metodologias diferenciadas para conseguir atingir o maior numero possível de alunos no processo ensino aprendizagem. Foi possível sentir a desconfiança de alguns professores no grupo da minha presença na Instituição de Ensino, como se eu estivesse lá com a intenção de prejudicar o dia-a-dia escolar.

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Municipal Augusto Pires de Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental foi criada pelo Decreto Municipal nº. 37; 81, sendo autorizada a funcionar pelo Decreto Governamental nº 3662;82 de 30 de dezembro de 1982, publicado no Diário Oficial de 25 de fevereiro de 1983 e pelo reconhecimento por meio de Resolução nº 6604;84 de 30 de setembro de 1984, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Campo Largo.

No final do ano de 2013 iniciou o processo para mudança da nomenclatura das escolas rurais do município de Campo Largo para escolas do campo e em 04 de fevereiro de 2014 com a Resolução nº 642;14 houve a mudança de nomenclatura da Escola Municipal Augusto Pires de Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A escola pesquisa busca atingir os dispositivos da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394;96 de 20 de dezembro de 1996, a qual determina a todas as entidades educacionais a oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A referida instituição localiza-se a 45 quilômetros da sede do Município de Campo Largo, no Distrito de Três Córregos, sendo, portanto área de zona rural. O nome dado foi uma homenagem prestada ao antigo morador da região o Sr. Augusto Pires de Paula, uma pessoa simples e humilde que contribuía e colaborava com todos, sempre disposto a ajudar as pessoas que estivessem passando por alguma necessidade. Era respeitado e considerado por todos, como um grande líder, lutava em prol de melhorias para toda a região de Três Córregos beneficiando a todos sem qualquer distinção, nunca foi um político eleito, mas como homem esclarecido dos direitos e deveres ajudava as pessoas que o procurava.

A região de Três Córregos contava com 22 Escolas Isoladas, dentre elas municipais e estaduais, o trabalho era desenvolvido por professoras leigas, as quais muitas vezes deslocavam-se alguns quilômetros para chegar até a escola, ou as aulas eram ministradas em suas próprias casas. Dentro do espaço quilombola tinha uma escola isolada era cuidada pela Prof^a. Jesumira e o currículo escolar era o mesmo da zona urbana com ainda hoje, sem haver uma adaptação de conteúdos

partindo da realidade da Comunidade Remanescente Quilombola Palmital dos Pretos.

Diante das dificuldades encontradas por alunos e professores em ter seu acesso e permanência na escola garantida conforme as legislações vigentes, a administração municipal da época desenvolveu o Projeto da Escola Consolidada.

O Projeto tinha por objetivo oferecer melhores condições quanto ao atendimento educacional como o acesso à escola, a oferta de merenda escolar, profissionais com formação na área educacional, como também a diminuição do êxodo rural.

O projeto foi implantado e correspondeu as expectativas iniciais da criação da Escola Consolidada, visto que centralizaram-se num único lugar as 22 escolas isoladas, não só trazendo alunos como também todos os professores que estavam atuando. Ainda hoje a escola conta com profissionais que atuam naquele período, alguns são professores, outros passaram a exercer outras funções.

Do ano de 1981 a 1997 a Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula atuou com Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries e em 1998 passou a atender somente alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Em agosto de 2010 iniciou em contra turno escolar o Programa Mais Educação que é uma estratégia do Governo Federal de ampliar a jornada escolar e organizar o currículo objetivando a educação integral conforme Decreto 7083;2010.

Com capacidade para atender até 100 alunos no Programa Mais Educação – Período Integral, a escola oferece também atendimento em Sala de Recursos Multifuncional tipo I, Centro de Atendimento na Área Visual, Centro de Atendimento na Área da Surdez e Classe Especial e Apoio Pedagógico; além do referido Programa Mais Educação em contra turno escolar. Em 2014 a escola atendeu aproximadamente 267 alunos, distribuídos em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Classe Especial, esses alunos também participam do Programa Mais Educação (Educação Integral), atendimento na Sala de Recursos Multifuncional tipo I atendendo hoje a 267 alunos, tendo capacidade para atender no máximo 320 alunos.

3.2 REGIME DE FUNCIONAMENTO

O Calendário escolar é definido de acordo com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Largo, o qual obedece às normas da LDB que descreve o atendimento escolar em 200 dias letivos com o total de 800 horas de aula.

Por se tratar de uma escola do campo, onde as distâncias percorridas pelos alunos e funcionários são longas, quando houver período chuvoso, zelando pela segurança dos alunos muitas vezes há a necessidade de parar o transporte escolar. A escola oportuniza a reposição quando o transporte pode voltar a trafegar normalmente com segurança. Os alunos da Comunidade Remanescente Quilombola fazem um percurso de aproximadamente 50 km de ida e volta para a escola. O Transporte Escolar faz este percurso no período da manhã, almoço e tarde.

A Equipe Pedagógica e o Corpo Docente, para aprimorar seus conhecimentos, realizam na hora atividade estudos periódicos de acordo com sugestões da SMECE, ou textos que contribuam para sanar as necessidades encontradas pela escola. E para discutir o desempenho dos alunos, realizam, de acordo com o calendário definido pela SMECE, o Conselho de Classe ao final de cada trimestre. Quando se reúnem a regente da turma, a pedagoga e a diretora. E no início e final do ano faz-se um Conselho de Classe Geral com a participação de todos os profissionais: professores, pedagoga, secretário e diretora.

A escola funciona nos turnos da manhã e tarde, com turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental nos seguintes horários: pela manhã, entrada 8 horas da manhã, recreio das 9 horas e 45 minutos às 10 horas; saída às 12 horas; intervalo do almoço, das 12 horas às 13 horas. À tarde, entrada às 13 horas, recreio das 14 horas e 45 minutos às 15 horas, saída às 17 horas.

Nos horários de intervalo do recreio e do almoço, dos alunos que participam da Sala de Apoio, Sala de Recursos Multifuncional e Programa Mais Educação, são atendidos pelos monitores do Programa Mais Educação, e Equipe Pedagógica.

Na medida do possível a escola adota o uso do uniforme, mas também permite o uso apenas da camiseta com o slogan da escola. A agenda é o documento que identifica o aluno em todas as atividades pedagógicas e são assinados todos os dias pelos professores e pelos pais para confirmarem as informações.

Os alunos utilizam de transporte escolar para se locomover-se até a escola, sendo que alguns utilizam mais de um meio de transporte (carros alimentares) para chegar até o ponto de ônibus. Durante o percurso nos alimentadores que são os carros leves como por exemplo Kombi, camionete 4x4, os motoristas são os responsáveis pelos alunos que transportam e nos ônibus escolares os motoristas procuram atender-los, mas existe a necessidade de ter monitores nos ônibus para

melhor cuidar dos alunos. Os ônibus escolares tem acesso ao pátio da escola para oferecer mais segurança aos alunos. Se algum aluno chegar atrasado à escola para entrar em sala de aula o responsável deve passar pela secretaria para justificar o atraso e depois o aluno é encaminhado para a sala de aula. Se for necessário o aluno sair mais cedo os pais ou responsáveis devem passar pela secretaria para pegar a autorização. Na saída os professores acompanham seus alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais até o embarque nos ônibus.

Perto da Escola há a Unidade de Saúde de Três Córregos. Se algum aluno precisar, ele é encaminhado por um funcionário da escola ao posto de saúde para serem atendidos pelo médico. Os alunos tem na agenda uma pagina registrada com as informações sobre sua saúde e medicação, o que pode e não pode tomar ou comer. Depois do atendimento, se necessário, o aluno é encaminhado para casa com uma anotação na agenda da equipe pedagógica sobre o que aconteceu e os procedimentos realizados. Se o aluno necessitar tomar medicação, esta é administrada mediante a receita médica e bilhete dos responsáveis na agenda, com o horário para ser administrado.

A Equipe Pedagógica juntamente com o Corpo Docente acompanha o Processo Ensino Aprendizagem, o rendimento, a presença ou ausência de todos os alunos. Os alunos que não conseguem acompanhar o processo são encaminhados para o Apoio Pedagógico em contra turno. E se o aluno apresenta muita dificuldade, a pedagoga realiza a Avaliação do Contexto. A partir da avaliação, se discute o caso com a Equipe de Educação Especial e dependendo dos resultados o aluno é encaminhado para a realização da Avaliação Psicoeducacional com a Equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Largo. Conforme o resultado, o aluno é encaminhado para a Sala de Recursos Multifuncional, Classe Especial ou até mesmo para a Escola Especial.

Quando o aluno falta alguns dias seguidos, principalmente daqueles em situação de risco. Segundo o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos territórios, situação de risco é quando uma criança ou adolescente tem seus direitos violados e sofre ameaça de violência, que pode ocorrer por parte ou omissão do Estado, sociedade, pais ou responsáveis. Procurado descobrir os motivos das faltas e o que pode ser feito para reverter à situação. Mesmo sendo conversado com os pais é preenchida a Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (FICA) sempre que o aluno deixar de comparecer na escola. Para os casos de evasão escolar de menores de

idade são seguidos orientações do FICA. Se esgotados todos os recursos, a situação é encaminhada ao Conselho Tutelar.

Na Gestão Escolar segue o que é tratado na LDB (Lei nº 9394, de 1996) quando define-se participação dos profissionais de educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola bem como a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalente, com esse compartilhamento por todos os envolvidos tomam-se decisões e se discutem sobre o que se ensina, como se ensina e a quem se ensina. E para que esta gestão democrática aconteça se faz necessário que alguns requisitos sejam adotados pela instituição como um todo: Instauração dos conselhos escolares; Eleição direta do gestor escolar; Elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico; Participação e comunicação diária entre os profissionais, alunos e pais em todas as questões pertinentes ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico; Respeito às diferenças e diversidades encontradas no campo social. Através da pesquisa realizada pode-se perceber que a gestora da escola segue estes princípios.

Para respeitar os princípios da gestão democrática para uma maior integração entre a escola e a comunidade escolar percebe-se o Conselho Escolar está ativo, a fim de garantir a eficiência e a qualidade de seu funcionamento. Conforme regimento escolar, acompanhar e avaliar o desempenho face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no plano anual; analisar projetos propostos por todas as categorias que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar sua necessidade de implementação e aprovar se for o caso; analisar e aprovar casos dos alunos que não cumprirem seus deveres e infringirem as normas expressas no regulamento Interno do Estabelecimento de Ensino; apreciar e emitir parecer quanto às reivindicações e consultas da Comunidade Escolar sobre questões do Regimento Escolar; apreciar e aprovar o plano de aplicação de Contas de Recursos Financeiros; apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar e deliberar sobre outros assuntos encaminhados pela direção, pertinentes ao âmbito de ação da escola. As reuniões do Conselho Escolar são realizadas periodicamente ou quando faz se necessário.

3.3 ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula é uma associação sem fins lucrativos, sem remuneração aos seus dirigentes e conselheiros, tem como objetivo auxiliar a escola. A APMF da

escola presta assistência aos educandos, assegurando-lhe condições de eficiência escolar; representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à Direção da escola, contribuindo para as necessárias adequações dos planos curriculares; contribuindo para a melhoria e conservação dos equipamentos e do estabelecimento, promovendo a relação sistemática entre pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade por meio do desenvolvimento de atividades sócio-culturais-desportivas; mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para a assistência ao educando e a melhoria da escola; receber doações e contribuições voluntárias, acompanhar a aplicação das importâncias arrecadadas, comunicando à Secretaria Municipal de Educação as irregularidades que foram constatadas; aprovar em primeiro estágio, por meio de atas a prestação de contas da aplicação das importâncias arrecadadas, apresentadas pelo diretor da Escola. Proceder em ata à tomada de contas de valores de bens da Escola, quando da substituição da direção; promover a melhoria da merenda escolar, através de contribuições voluntárias em espécie ou gênero. Com a pesquisa realizado foi possível perceber que a maioria dos assuntos que envolvem a comunidade escolar é discutida em reuniões.

3.4 REUNIÕES DE PAIS

A Escola realiza trimestralmente reunião com os pais e outras definidas conforme o calendário escolar. Nestas reuniões são repassadas informações sobre o rendimento escolar dos alunos (através das notas no boletim e relatórios).

Oferecem também palestras com profissionais ligados à educação, com objetivo de orientar os pais sobre importância do estímulo no desenvolvimento dos filhos e também a necessidade da participação desses na escola.

Entre o mês de junho e julho é realizado a festa junina com a participação dos alunos e dos professores. São apresentações típicas para a comunidade em geral. No final do mês de agosto é realizada a festa da família onde acontece a interação dos pais e filhos na escola, nesta festa é realizada apresentações para homenagear os pais: responsáveis e, após as apresentações, a equipe escolar oferece um coquetel para confraternização da família escolar e a família do aluno.

A maioria das reuniões é realizada durante o dia, pois à noite a comunidade tem dificuldade de participar, pois a maioria depende do transporte escolar para chegar até a escola e mesmo nestes dias é necessário a solicitação de autorização do Departamento de Transporte Escolar para ser feito o transporte

dos pais e responsáveis. Nota-se também que a participação dos pais nas reuniões da Escola ainda não é a desejada, pois se percebe que os pais dos alunos com maior dificuldade não participam quando convocados. Portanto, pretende-se elaborar projetos que incentivem a vinda desses a participar das reuniões, envolvendo-os como parceiros na aprendizagem dos filhos.

3.5 RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO RELEÇÃO E ALUNO/PROFESSOR

Segundo Caldart, “A educação que seja no e do campo”. No: o povo tem direito de ser educado no lugar; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a participação, vinculada à cultura e às necessidades.

A escola como contexto de construção e apropriação de conhecimentos deve compreender que, professor e aluno, participam desse processo essencialmente pela interação e a mediação entre si. Contudo, a escola reflexiva vai além, no momento em que vê a escola como uma organização que continuamente pensa em si própria, “ na sua missão social e na sua organização, e se confronta com o desenrolar da sua atividade em um processo heurístico simultaneamente avaliativo e formativo”, pois “só a escola que se interroga sobre si própria se transformará em uma instituição autônoma e responsável, autonomizante e educadora” (ALARÇÃO, 2001, p. 25)

Segundo Libâneo para ser ter êxito na relação entre alunos e professores é necessário:

“O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à situação do professor (...)” (Libâneo 1994, p. 250)

Na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula tanto professor como alunos aprendem mutuamente. É extremamente relevante que o professor faça de seu ambiente de trabalho um local humanístico e afetivo, de fato preocupado com o desenvolvimento integral dos alunos.

Para tanto, Gadotti refere-se a essa relação como:

“Para por em prática o diálogo, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber; deve, antes,

colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o analfabeto não é um homem "perdido", fora da realidade, mas alguém que tem toda a experiência de vida e por isso também é portador de um saber". (Gadotti 1999, p.2)

Para assegurar os direitos das crianças, a escola organiza o número de alunos por turmas de Educação Infantil e turmas do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A Secretaria Municipal de Educação, possui a Instrução Normativa N° 02– de 25 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a regulamentação das unidades escolares de Campo Largo. No art. 2º, § 1º estabelece a composição de turmas: a) EDUCAÇÃO INFANTIL - Pré I – mínimo de 18 (dezoito) alunos por turma. Pré II – mínimo de 20 (vinte) alunos por turma. b) ENSINO FUNDAMENTAL – Do 1ª ao 3ª ano turmas com 25 alunos e as turmas do 4ª ao 5ª ano turmas de 30 alunos.

A escola obedecendo à idade para ingresso na Educação Infantil e Ensino Fundamental utiliza-se da Instrução Normativa 01/2009 – 02/2014 da SMECE e da Deliberação 02/05 CEE (Ed. Infantil) para matrícula de seus alunos:

Turma	Idade	Turno	Nº de Alunos	Nº de professores
Pré I	04 anos	Tarde	15	01
Pré II "A"	05 anos	Manhã	19	01
Pré II "B"	05 anos	Tarde	24	01
1º Ano "A"	06 anos	Manhã	20	01
1º Ano "B"	06 anos	Tarde	21	01
2º Ano "A"	07 anos	Manhã	23	01
2º Ano "B"	07 anos	Tarde	22	01
3º Ano "A"	07 anos	Manhã	22	01

3º Ano “B”	08 anos	Tarde	23	01
4º Ano “A”	08 anos	Manhã	20	01
4º Ano “B”	09 anos	Tarde	26	01
5º Ano “A”	09 anos	Manhã	17	01
5º Ano “B”	10 anos	Tarde	15	01
Classe Especial	A partir de 07 anos	Manhã	02	01
Sala de Recursos Multifuncional 1 “A”	A partir de 07 anos	Manhã	05	01
Sala de Recursos Multifuncional 1 “B”	A partir de 07 anos	Manhã	04	01
CEDV	A partir de 04 anos	Tarde	03	01
CAES	A partir 04 anos	Tarde	02	01

3.6 RELAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Para atender toda a comunidade, a escola segue a instrução normativa 02/2014 que regulamenta o porte da escola. Como a Escola esta no porte II, conta com os seguintes profissionais: 1 Diretora formada em Pedagogia, com Pós em Gerenciamento Ambiente Escolar, Inclusão e cursando Educação do Campo, 1 Pedagoga com Licenciatura em Pedagogia e Pós em Educação Especial, 12 professoras formadas em pedagogia e com uma Pós na Área da Educação, 1 professora formada em pedagogia e uma professora com magistério, 1 professora Intérprete de Libras, 1 secretária com Ensino Médio Completo, 8 serviços gerais com o Ensino Fundamental Incompleto, 2 serviços gerais com o Ensino Médio Completo e uma estagiária que esta cursando Pedagogia.

3.7 ESPAÇO FÍSICO, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A escola tem uma área total de 25.953,62 m² e de 1.297,75 m², de área construída, sendo que a Escola Municipal Augusto Pires de Paula possui 12 salas de aula, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de direção, um

laboratório de informática, uma biblioteca, depósito para material de expediente, depósito de merenda escolar, refeitório, quadra externa, pátio e ginásio esportivo.

No mesmo terreno localiza-se o Colégio Estadual do Campo São Francisco de Assis que atende alunos de 6º ao 9º ano e Ensino Médio e a Escola Municipal do Campo Professora Doraci Rodrigues Machado - Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial que atende Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

É possível perceber que o prédio da escola esta necessitando de reformas, os espaços físico não é bem planejado e organizado e que este, representa perigo para os alunos da Educação Infantil e Anos Iniciais, pois é grande o desnível nas construções.

3.8 RECURSOS MATERIAIS

A Escola conta com um acervo bibliográfico contendo: enciclopédias, gibis, dicionários, revistas, textos, apostilas, coleções pedagógicas, literatura infantil, infanto-juvenil, também livros didáticos e livros com temáticas educacionais. Foi possível perceber que são poucos os livros infanto-juvenil de história e cultura africana ou livros didáticos ou de projetos para consulta do professor do Ensino de história e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Para contribuição da prática docente, o professor pode contar com os seguintes materiais pedagógicos: mapas, cartazes, globos, jogos e carimbos diversos, alfabetos de madeira e E.V.A, artigos esportivos, laboratório de informática, projetor multimídia, televisores, aparelhos de dvd, rádios, dvds e CDs, TV pendrive, filmadora e um computador interativo.

Os professores dispõem da maioria destes recursos em sua sala de aula e o que são em menos quantidade baseado nos planejamentos professores agendam na secretaria quando necessitam utilizar.

3.9 HISTÓRICO FAMILIAR DOS ALUNOS

O presente texto foi elaborado através de pesquisas realizadas entre funcionários pais e alunos, portanto a Comunidade em que esta Escola está inserida, na qual o aluno vem modificando cada vez mais seu comportamento

As famílias são compostas na sua maioria de 1 a 3 filhos, sendo poucas com número maior, e grande parte delas é constituída por pai e mãe, apenas alguns

moram com avós ou apenas com um dos pais. Geralmente é o pai apenas que trabalha para prover o sustento da família, pois a região oferece poucas opções de trabalho para mulheres. Apenas algumas saem de madrugada e vão para o centro trabalhar de diaristas e outra minoria consegue trabalho na região.

Os pais em sua grande parte trabalham no extrativismo mineral e vegetal, ou seja, no trabalho de corte de pedras, extração de carvão ou com corte de pinus e eucalipto bem como reflorestamento e uma pequena parcela trabalham em outras profissões como pedreiro, mecânico e motoristas. E uma pequena parcela das famílias são pequenos lavradores, isto é, planta apenas o necessário para sua subsistência.

De acordo com a profissão dos familiares, alguns alunos apresentam uma situação financeira precária, pois a renda familiar não ultrapassa um salário mínimo, o que faz com que a família necessite receber os auxílios oferecidos pelo Poder Público, como a Bolsa Família.

Apesar de a Escola oferecer o Ensino Fundamental desde 1981 muitos pais têm pouca escolarização, tendo a maioria completado o que seria atualmente o 5º ano do Ensino Fundamental ou frequentaram apenas 1 ou 2 anos a Escola, e ainda tem uma porcentagem de pais analfabetos ou semi- analfabetos.

A religião predominante das famílias é a religião católica, sendo que aproximadamente 60% das famílias, 30% são praticantes da religião evangélica de várias congregações e os outros 10% são de outras religiões ou não praticam nenhuma.

A maioria das famílias de religião católica tem como seu lazer participar das festas das capelas nos domingos visto que na comunidade não existe muitas opções. As outras famílias realizam cultos religiosos nos finais de semana onde se encontram para realizarem suas orações e algumas religiões desenvolvem atividades para crianças nos finais de semana para que elas ocupem seu tempo.

Nesse contexto percebe-se que a família coloca na escola e acredita que a Escola é muito importante para a aprendizagem dos filhos, pois coloca que é o meio dos filhos terem um futuro melhor é através do estudo, mas a Equipe docente sente dificuldades no que se refere ao acompanhamento acadêmico dos filhos em casa, muitos dos pais aparentam não compreender a real função da escola, que ela só será realizada com a participação da família e muitas das famílias não oferecem estímulos na aprendizagem dos filhos, pois estas não têm o costume de determinar

um horário de estudo com os filhos, o que dificulta a aprendizagem de alguns alunos, visto que escola e família devem ser parceiras no processo de ensino e aprendizagem.

Vivemos na realidade da Educação no Campo, onde num âmbito nacional atendemos a uma necessidade diferenciada com relação a outras entidades. A Escola é considerada o centro da região, e a mesma procura atender a todos os projetos indicados para esta comunidade. Um exemplo é o projeto do Estado do Programa do Leite, onde este é distribuído na própria escola, para que possa atender toda a comunidade; projetos para as famílias como Bolsa Família e também projetos promovidos pelo próprio município como para as questões da saúde (campanhas como, por exemplo, de vacinação, trabalhos preventivos para hipertensos, gestantes e diabéticos, Campanha contra a Dengue, Campanha para Boa Higiene Bucal) e outras mais.

Os alunos atendidos pela Escola em sua grande maioria moram a mais de 15 km da escola, residindo nas localidades de Santa Cruz, Taquarinha, Três Córregos, Árvore Alta, Taquara dos Pires, Sete Saltos de Cima, Gramado Grande, Morro Grande, Sete Saltos de Baixo, Carazinho, Palmital dos Pretos (Comunidade Quilombola), Gramadinho, Jacuí, Estrada do Cerne, Cerrinho, Córrego Fundo, Barreiro e Geada, Fazenda das Almas, Ribeira, São Pedro, Morro do Agudo, Açungui, Florestal e Conceição dos Chagas. Além das localidades citadas, a escola tem matriculado um aluno surdo incluso, que mora na localidade de Pinheirinho que pertence ao distrito de São Silvestre, que se deslocam todos os dias para estudar, pois a escola mais próxima de sua casa não oferece professor interprete de LIBRAS.

Os alunos na maioria gostam de vir para a Escola e gostam das matérias que a escola oferece, porém alguns apresentam grandes dificuldades de aprendizagem, devido ao pouco acesso a informações, tendo quase que somente acesso ao que a escola lhes proporciona.

Como se trata de uma localidade que tem de difícil acesso ao centro da cidade, onde alguns dos alunos não conhece ou nunca foi a uma banca de jornal, uma biblioteca pública, ou qualquer outro lugar que disponha de material impresso.

Por isso a leitura é um hábito não comum entre as pessoas, a qual é pouca valorizada.

Os alunos são atendidos na escola em contra turno em projetos como a Mais Educação tendo em vista que a maioria dos pais trabalha em locais distantes de suas residências, e assim, esses projetos são oferecidos para que algumas crianças não fiquem sozinhas e ociosas em suas casas e também para aquelas que se encontram em situações de risco social, estando, desta forma acompanhada e realizando atividades que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem.

Desta maneira, a Instituição trabalha no sentido de tornar a escola um ambiente acolhedor, onde os alunos sintam que são bem recebidos e que a sua presença é valorizada. A escola deve se tornar relevante na vida dos alunos, principalmente daqueles em situação de risco.

Com a leitura e pesquisa do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Augusto Pires de Paula encontrei esta menção a Lei 10.639/2003:

Atualmente, temos o desafio de ampliar o significado da inclusão e para isso temos que nos dar conta de nossas práticas excludentes no dia a dia. Essas não ficam restritas às pessoas e crianças com necessidades educativas especiais, mas se estendem às chamadas “minorias”, como as comunidades afro-descendentes e do campo. Esse significado ampliado da inclusão implica compreendermos que em nossa sociedade os contextos e condições de vida das pessoas não são iguais, o que exige nosso reconhecimento da diversidade e das contradições presentes na sociedade. Nesse sentido, os contextos educativos têm sido instigados a refletir criticamente sobre diversidade cultural, a fim de criar condições para uma educação de qualidade a todas as crianças e suas famílias.

A atenção a estas questões tem aumentado significativamente, tanto que em 2003 foi sancionada a Lei 10.639/2003, determinando a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos níveis Fundamental e Médio da Educação Básica. Em relação à Educação Infantil, os princípios éticos e políticos fazem referencia a esta questão, ainda que de modo implícito. Contamos ainda com diretrizes específicas sobre educação no campo e educação indígena, tanto no âmbito federal como estadual.

40 TRABALHO REALIZADO COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL 1

PERTENCENTES A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO AUGUSTO PIRES DE PAULA

Com a autorização dos Pais, Responsáveis e Equipe Pedagógica da Escola M. do Campo Augusto Pires de Paula, foram realizadas atividades com os alunos sobre o reconhecimento de sua identidade cultural. Estas atividades foram realizadas com 9 alunos e aconteceram no mês de julho de 2015. A equipe pedagógica acompanhou a professora pesquisadora até as salas de aulas para que esta pudesse se identificar para a turma e explicar o que objetivo deste trabalho. Após este momento, o grupo foi direcionado para a sala dos professores que ficou a disposição do grupo para realizar suas atividades. Foi trabalho com os alunos o livro de literatura infantil de Ana Maria Machado – Menina Bonita de Laço de Fita. Foi interessante perceber o processo de reconhecimento de sua cor durante o tempo do desenvolvimento das atividades. No primeiro momento, os alunos quilombolas não se reconheciam como negros, todos baixaram seus olhares durante a conversa da cor de suas peles, alguns arriscaram em se reconhecer como moreno. Mas a maioria do grupo demonstrou vergonha de suas origens. Com as conversar e valorização da história e cultura Afrodescendente e Africana, os alunos começaram a relatar seu dia a dia em sua comunidade e percebeu-se claramente a mudança de atitude, pois passaram a demonstrar agora orgulho de ser negro.

Nossas atividades foram de conversas, discussões em roda de leitura partindo com a história da Menina Bonita de Laço de Fita. Para fechamento do trabalho foi realizado um concurso entre o grupo para que fosse relato como é a vivência na Comunidade Palmital dos Pretos. E foi possível perceber que a veia artística é grande no grupo. Segue abaixo os trabalhos produzidos pelos alunos

quilombolas

retratando

sua

comunidade.

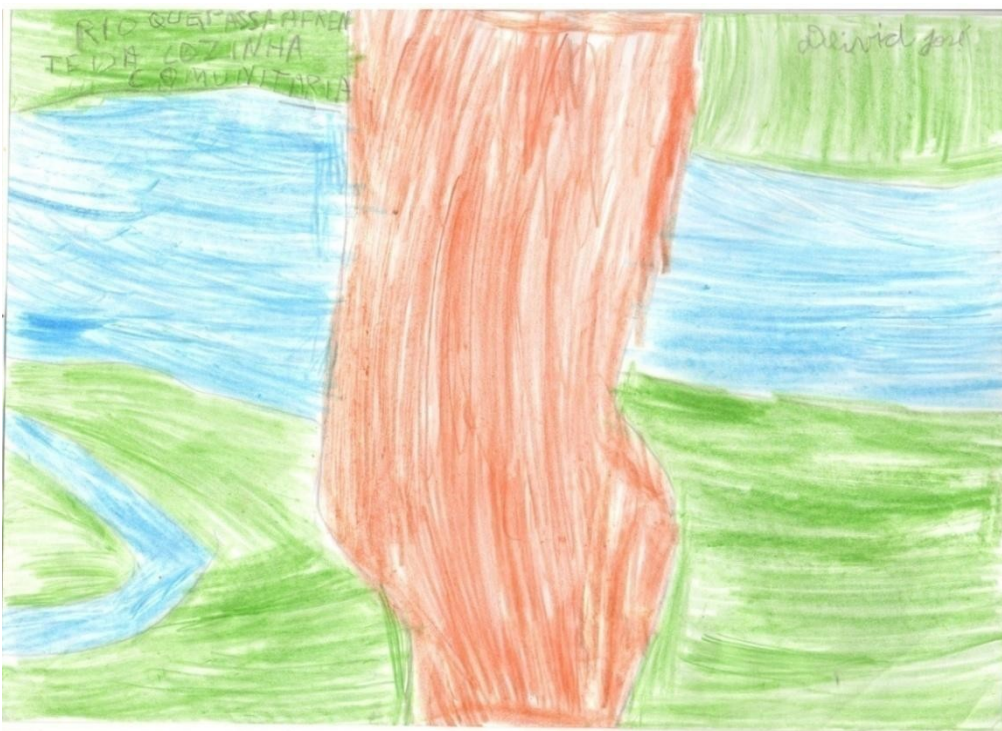


Festa de São Sebastião – Padroeiro da Comunidade

Produção do aluno David, onde representa a festa do padroeiro com a participação da Comunidade Quilombola e local, o aluno retratou a Igreja, o mastro de São Sebastião, o cruzeiro entre a igreja e o mastro, casa da comunidade e a confraternização entre os moradores.



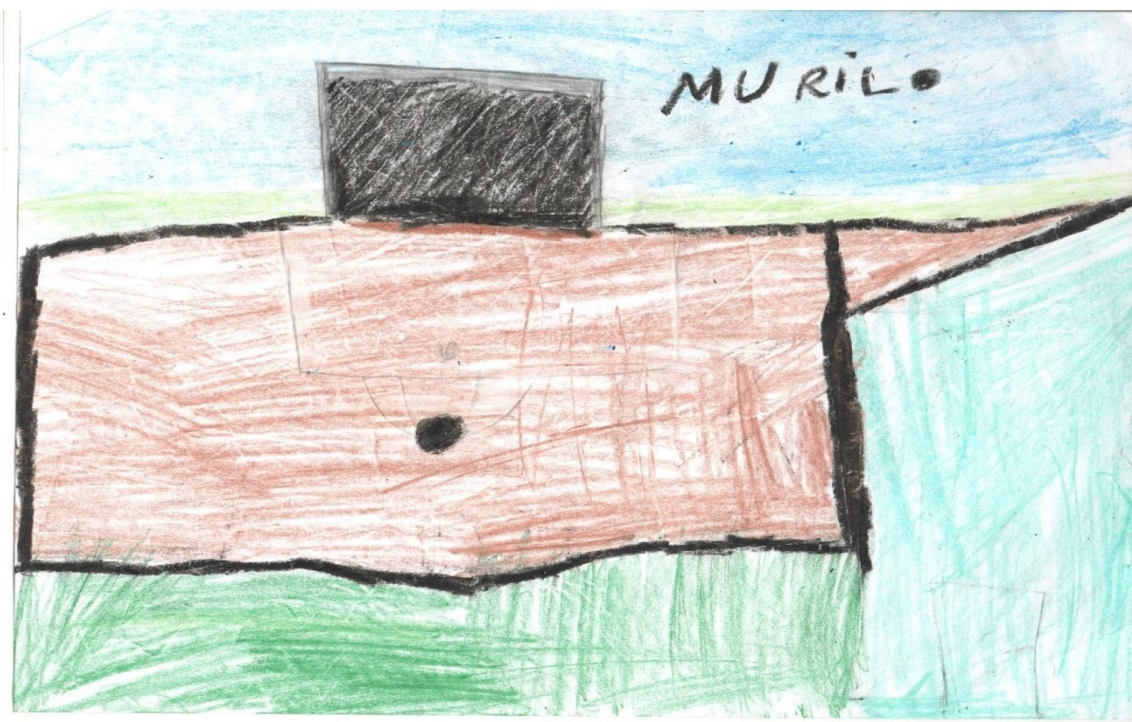
Cozinha Comunitária - Percebe-se que este é um local importante para a comunidade. Produção do aluno Davi.



Rios que passa pela Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos, produzido pelo aluno David, é interessante perceber a importância deste rio para a comunidade.



Trabalho realizado pelo aluno Murilo, onde retrata a importância da religiosidade, do rio e do transporte escolar para o aluno.

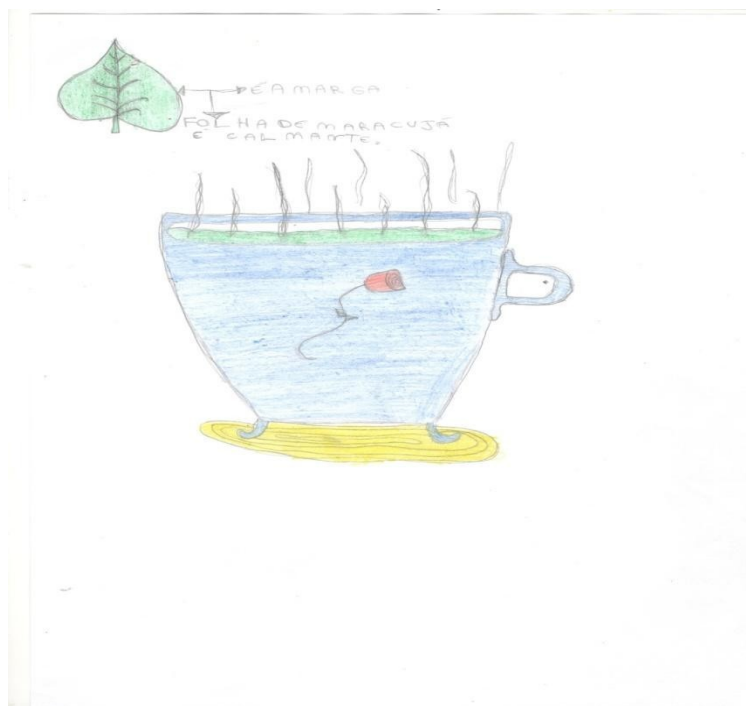


Trabalho realizado pelo aluno Murilo do campo de futebol, onde ele falou sobre a importância do lazer em sua comunidade

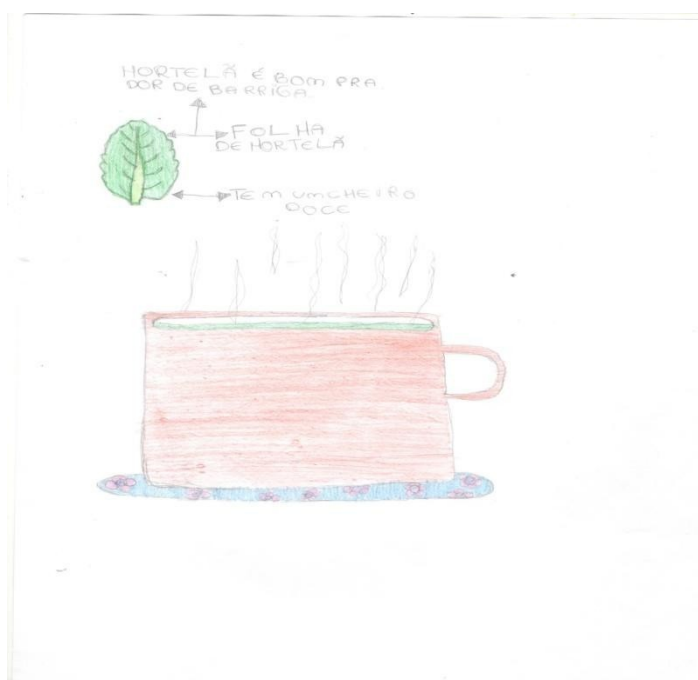
Produção do aluno Jacir das brincadeiras da Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos



Produção da aluno Josélia sobre das comidas preparadas na Comunidade Palmital dos Pretos



Produção da aluna Ana Paula sobre a importância herança cultural dos remédios caseiros dentro da Comunidade Palmital dos Pretos – Chá de folha de Maracujá calmante



Produção da aluna Ana Paula sobre a importância herança cultural dos remédios caseiros dentro da Comunidade Palmital dos Pretos – Chá de folha de Hortelã (dor de barriga).



Produção do aluno David retratando a cultura do milho desenvolvida no Comunidade Quilombola Palmital dos Pretos



Produção do aluno Murilo de um dos meios de transporte muito utilizado no quilombo



Produção do aluno Jacir representando as tarde de domingo na Comunidade Quilombola.



Produção do aluno Murilo sobre a importância dos estudos e da leitura para os alunos quilombolas.



Produção do aluno David: "A caminho da escola",

5.CONCLUSÃO

Com a realização desta pesquisa e reflexão foi possível perceber o desenvolvimento do trabalho realizado por uma Escola Quilombola e de uma Escola do Campo que possui alunos pertencentes a Comunidades Quilombola. Percebe-se a preocupação da Comunidade Escolar Augusto Pires de Paulo com o desenvolvimento integral dos alunos, ajudando na sua formação intelectual e social, mas em todo o Projeto Político Pedagógico não é mencionado o trabalho que deveria ser desenvolvido para que os alunos negros pudessem se reconhecer também como protagonista de sua história, assim como o aluno do campo, analisando o quadro profissional foi possível perceber que a escola não possui professores habilitados para ensinar sobre a cultura e história afro-brasileira, que mesmo a escola possuindo em seu quadro profissional tantos professores com especialização, não há nenhum professor especialista ou em formação em Educação em Relações Étnico Raciais. Conforme as diretrizes nacionais a Educação Escolar Quilombola deve possuir uma pedagogia própria em relação à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica do seu quadro docente, pois em sua estruturação e funcionamento deve ser reconhecido e valorizado a diversidade cultural. Com a leitura do projeto Político Pedagógico da Comunidade Escolar Maria Joana foi possível perceber que pelo fato da escola possuir uma matriz curricular própria o trabalho acontece de uma maneira natural, pois a escola dá destaque às matérias da humanidade e reconhecendo de uma maneira clara a participação ativa dos negros na formação de nossa sociedade. Com a realização das atividades desenvolvidas com os alunos Quilombolas da Comunidade Palmital dos Pretos que estudam na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula foi possível perceber através de atividades orais e produções de desenhos a falta de reconhecimento de sua raça e origem. Com a realização deste trabalho foi possível perceber a necessidade da Equipe Pedagógica da escola juntamente com os coordenadores da área do conhecimento da Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo reorganizarem sua matriz curricular para assim cumprir a Lei 10.639 do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. com os alunos quilombolas e não de valorização e reconhecimento da identidade negra, valorizando a participação ativa que este povo tem em nossa sociedade história e atual.

REFERENCIAS

PERÉ, M. L, OLIVEIRA L. P., VELLOSO, A. D. A educação para quilombolas: Experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga do Engenho II (GO). Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio-ago. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. Brasília, 2011

CELINSKI, Marina Gabriela, Universidade Positivo. Curitiba, 2010

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

Planalto do Palácio. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

CALDART, R. S. **Elementos para a construção de um projeto políticopedagógico**.

2004

FREIRE, **Medo e Ousadia**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, São Paulo. 2011

GERMINARI, Geyso D; FERNANDES Donizete. **Educação do campo, Cultura e Prática Pedagógica**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – realizada na PUC/PR Curitiba/2013

GOHN, Maria da Glória. **Educação não – formal e cultura política**; 5ª edição – São Paulo, Cortez, 2011.

GORDO, Amilton de Moraes. **Os desafios da escola do campo frente ao avanço do agronegócio em Moju: A construção de um PPP (Projeto Político Pedagógico) democrático e emancipatório**. site: <http://www.arcos.org.br/artigos>, 2014.

OLIVEIRA, Joelma de e CASAGRANDE, Nair. **Educação do Campo: Semiárido, Agroecologia, Trabalho e Projeto Político Pedagógico**. Santa Maria da Boa Vista, PE, 2010.

SAVELI, Esméria de L. **A proposta do M.S.T. para as escolas dos assentamentos .”A construção da escola necessária”** Olhar do professor, Ponta Grossa, 1999

SENAC, DC. **Qualidade em Prestação de Serviços.** Ed. Senac, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação é do Campo no Estado do Paraná.** Curitiba.2009.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação e Movimentos Sociais do Campo: A Produção**

SOARES, Edimara Gonçalves. **Educação Escolar Quilombola, quando a diferença é indiferente.** Curitiba, 2012